

# Conselheiro Lafayette

Promotor público de Ouro Preto em meados do século XIX, foi conselheiro e senador do Império

Lafayette Rodrigues Pereira nasceu em 28 de março de 1834, na Fazenda de Macacos, Vila de Queluz. Era filho de Antônio Rodrigues Pereira e de Clara Rodrigues Pereira. O pai era homem de formação militar, interessado pelo Direito e foi vereador da Câmara de Queluz e juiz municipal e, em 1881, foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Pouso Alegre.

Em agosto de 1846, Lafayette e seu irmão Washington foram entregues aos cuidados do tio paterno, padre Felisberto Rodrigues Milagres, vigário na cidade de Prados, que, responsável pela educação dos dois, introduziu-os aos estudos das línguas clássicas. Aos dezoito anos, mudou-se para São Paulo, iniciando o curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco.

Logo que se formou, foi nomeado promotor público de Ouro Preto. Ilustra sua passagem pelo Ministério Público uma notícia publicada a mando do advogado de uma das partes, na tipografia provincial de Ouro Preto, em 1858: Em atenção ao Público. No processo crime de calúnia, e injúria verbal feito pelo Sr. Subdelegado de Itabira do Campo contra Vicente Ferreira Mendanha a requerimento de seu irmão Gabriel de Gouveia Mendanha [...] O Sr. Promotor, sendo ouvido sobre o processo, deu a seguinte resposta: Este

processo é uma verdadeira maravilha, não há notícia d'uma causa tão informe. Há tentas irregularidades, que apenas tocarei nas principaes. As testemunhas não foram perguntadas pelos costumes: a palavra não foi dada ao Reo para contestar. O auto de qualificação, o chamado termo de repergunta que seguiu-o são outras tantas extravagâncias. A fiança esta mal processada: no termo de hypotheca não vem, como alias é indispensável, transcripto o conhecimento do pagamento de novos direitos, e a certidão negativa de hypotheca. Em ultima analyse, este processo seguiu uma marcha completamente errada: os duos crimes, de que é accusado o Reo, são daquelles que as autoridades policiaes julgão definitivamente. [...]



Em 1859, deixou o Ministério Público e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu no escritório do renomado advogado Teixeira de Freitas e, posteriormente, no escritório de Andrade Figueira, também advogado respeitado e jurisconsulto. Paralelamente, participou da fundação do jornal Atualidade.

Militante do Partido Liberal, foi nomeado presidente do Ceará, cargo equivalente ao de governador de Estado, em 1864. Logo em seguida, foi confiada a Lafayette a presidência do Maranhão, exercida até 1866, quando retornou à advocacia e ao jornalismo.

Em 9 de julho de 1870 casou-se, aos 36 anos, com Francisca Coutinho, com quem teve cinco filhos.

No ano anterior, havia publicado no Rio de Janeiro sua primeira obra jurídica: Direitos de família, cuja introdução propôs uma classificação do Direito Civil fundada no modelo alemão, que acabou sendo acolhida no Código Civil de 1916 e preservada também na concepção do código de 2002. Em 1877, publicou seu segundo livro, Direito das coisas, obra original do Direito pátrio sobre tema até então inexplorado. Milton Campos, em discurso proferido por ocasião das comemorações do 1º centenário de nascimento de Lafayette, sintetizou o valor das duas obras: “[...] quando elaborou suas duas grandes obras – Direitos de família e Direito das coisas – o direito brasileiro ainda era caótico e informal. [...] Era a confusão dos assentos, dos estatutos, dos avisos e dos estilos. Deste caos tirou Lafayette a límpida exposição do nosso direito civil [...] Vencendo todas as dificuldades do tempo conseguiu uma construção jurídica imperecível, que ainda hoje é alimento dos estudiosos e nutrição dos mestres [...]”.

Em sua passagem pelo Ministério da Justiça, pode-se destacar a regulamentação da competência do tribunal e da forma do processo nos crimes cometidos em países estrangeiros contra o Brasil e os brasileiros, bem como a

regulamentação da execução, em nosso país, de sentenças estrangeiras cíveis e comerciais. Em novembro de 1879, tornou-se senador vitalício do Império escolhido por D. Pedro II, já então seu amigo e admirador. Em 1882, foi nomeado conselheiro de Estado Extraordinário, passando a conselheiro ordinário em 1886.

A trajetória política de Lafayette atingiu o ponto máximo ao ser nomeado, em 1883, para a presidência do Conselho de Ministros, acumulando o Ministério da Fazenda. No ano seguinte, deixou o governo, retornando à sua condição de senador e conselheiro de Estado até quando foi implantada a República, em novembro de 1889.

Já na República, Lafayette continuou a ter seu talento reconhecido pelo governo. Em 1907, na companhia de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Clóvis Beviláqua, integrou, a convite do Barão do Rio Branco, o primeiro grupo de juizes com atuação perante a Corte Internacional de Arbitragem de Haia, na Holanda.

Em 1908, indicado por Rui Barbosa e pelo Barão do Rio Branco, foi eleito para ocupar a cadeira nº 23 da Academia Brasileira de Letras.

Por ocasião do centenário de seu nascimento, em 1934, o Governo do Estado mudou o nome de Queluz, sua terra natal, para Conselheiro Lafayette, nome dado também ao fórum da comarca de Belo Horizonte, inaugurado em 1950.